



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. Socorro Neri)

Requer a realização de Seminário para discutir as mudanças climáticas com ênfase na soberania alimentar, racismo ambiental e injustiças climáticas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater as mudanças climáticas, abordando com ênfase em soberania alimentar, racismo ambiental e injustiças climáticas sob a ótica da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Proponho para participar deste seminário os seguintes convidados:

- Ana Toni – Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente;
- Milton Fornazieri - Secretaria de Abastecimento, cooperativa e soberania alimentar;
- Samanta Pineda – representante do IBRADES, especialista em Direito Ambiental;
- Mônica Sodré – CEO da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS;
- Kamyla Borges Cunha – Coordenadoria de Iniciativas de Sistemas Alimentares do Instituto do Clima e Sociedade – ICS;
- Marcos Woortmann – representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade;
- Eugênio Pantoja – Diretor de Políticas Públicas do IPAM.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, prevista na Lei n. 12.187 de 29 de dezembro de 2009 estabelece, em seu artigo 5º, as diretrizes da Política Nacional sobre mudança do clima. Com base nesta Lei, em 2016 foi instituído o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), cujo principal objetivo é promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar a gestão de riscos associada aos efeitos adversos dessa mudança.

O conceito de Soberania Alimentar surgiu por volta da década de 1990 e destaca a importância da autonomia alimentar dos povos, respeitando a cultura e hábitos de cada país, assim como está associado à geração de emprego e a menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado exterior. É um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Os que mais sofrem com os retrocessos causadores dos impactos ambientais, são os povos e populações mais pobres e marginalizadas.

Tramita no Senado Federal, na Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 4129, de 2021, de autoria da Deputada Tabata Amaral, que estipula normas para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas, trazendo o olhar ainda mais sensível e preocupado com o cenário.

Diante do exposto é de suma importância debater este assunto na Câmara Federal para promover diretrizes para a regulamentação, promoção e implementação de medida que possam melhorar a vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis. Um Seminário seria uma oportunidade para reunir especialistas, acadêmicos, interessados e a sociedade civil para discutir aspectos técnicos e jurídicos sobre os temas.

Considerando a relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2023.

Socorro Neri
Deputada Federal PP/AC





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 23/06/2023 13:11:05.620 - CMAD9

REQ n.75/2023



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 342 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5342/3342 | dep.socorroneiri@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231830657100>